

Dossiê / Dossier

As Experiências dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Brasil

The Experience of the Rural Extension Units in Brazil's Territorial Development

Mireya E. Valencia Perafán^a

Mário Avila^b

^aProfessora, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária/FAV
Núcleo de Pesquisa em Gestão Territorial do CPGIS/FACE
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil
Diretora Presidente da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento
Territorial –RETE
Email: mireya@unb.br

^bProfessor, Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
Programa de Pós Graduação em Gestão Pública
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil
E-mail: avila@unb.br

<http://dx.doi.org/10.18472/ReGIS.v3n1.2017.28046>

O enfoque do desenvolvimento territorial na América Latina e, em particular no Brasil, é referência no planejamento de políticas públicas e na orientação de ações voltadas para o desenvolvimento rural com o intuito de reduzir as desigualdades e promover o respeito à diversidade, solidariedade e justiça social.

Organismos internacionais, governos nacionais e subnacionais, instituições de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil são alguns dos exemplos que se mobilizaram e mobilizam ao longo das duas últimas décadas com o objetivo de promover inovações, diminuir as desigualdades e garantir soberania, segurança alimentar, cidadania, inclusão e participação social. Ao mesmo tempo, a descon-tinuidade das ações, por ocasião das mudanças políticas ocorridas na América latina em geral, e no Brasil em particular, junto com o exíguo engajamento real da muitas das entidades do poder público envolvidas, geram descrédito sobre a política territorial e abrem perguntas sobre a efetividade real da inovação institucional para a gestão territorial.

No caso brasileiro, as mais recentes iniciativas fomentadas pelo Governo Federal estiveram relacionadas com as chamadas para a estruturação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), nascidos de parcerias entre o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ligados às instituições públicas de ensino superior. Sua finalidade era a de promover ações junto aos espaços de gestão nos territórios rurais existentes no país.

Se bem esses núcleos atuaram com diferentes estratégias e metodologias, todos compartilharam o objetivo maior de dar continuidade à política de desenvolvimento territorial instituída no Brasil desde 2003. Pela extinção do MDA, como de sua política de desenvolvimento territorial, muitos dos Núcleos suspenderam suas atividades no primeiro semestre de 2017. Mas, há alguns deles que foram absorvidos pelas universidades e continuam acompanhando e assessorando o funcionamento de Colegiados Territoriais para aperfeiçoar o processo de gestão da estratégia de desenvolvimento territorial. Os Colegiados Territoriais são institucionalidades representativas dos territórios rurais que contam com a participação do poder público e da sociedade civil.

Como esse dossiê demonstra, apesar de o balanço geral ser positivo, os NEDETs ainda enfrentam múltiplos desafios, como o descrédito dos atores sociais frente à política territorial, atrelado à falta de continuidade e de planejamento das atividades desenvolvidas pelos Colegiados Territoriais e à fragmentação das ações territoriais desenvolvidas. De maneira pontual, relatam-se aspectos que limitam a operação dos Colegiados como são a falta a sistematização da informação (arquivos) apresentando o histórico e discussões das reuniões realizadas em muitos dos territórios (o que dificulta o processo de democratização dos Colegiados) e a efetivação real das atividades dos cronogramas anuais de muitos de estas instâncias. De outro lado, identificam-se aspectos que comprometem a execução da política pela delicada construção de interesses comuns à toda a comunidade e a complexidade da abordagem territorial do desenvolvimento que implica mudança, não só de práticas, mas de visões de mundo.

Sugere-se aprofundar nos estudos sobre as dinâmicas territoriais que permitam identificar os fatores que facilitam a coesão territorial e, em soma, melhoram as condições de vida das populações rurais.

Várias destas questões foram abordadas no III Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural, realizado na Universidade de Brasília - UnB em novembro de 2016. Deste evento, organizado pela Rede de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial – RETE (rete.inf.br) as Redes de gestão territorial de Colômbia e México, o Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – CPGIS, da Universidade de Brasília, e a Rede de Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural em América Latina Rede -PP-AL, surgiu a ideia de elaborar este dossiê com o objetivo de organizar e de apresentar, de maneira crítica e original, reflexões, experiências e análises sobre os espaços territoriais e os NEDETs.



Nesse sentido, o presente dossiê, coordenado pelos professores Mireya E. Valencia Perafán e Mário Avila da Universidade de Brasília e integrantes da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE), oferece contribuições ligadas às universidades e institutos de ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento territorial, os NEDETs e suas experiências. Análises focadas na dimensão da gestão social para o desenvolvimento territorial, a implementação de políticas públicas como, por exemplo, as compras institucionais, bem como as contribuições ligadas ao meio ambiente e agroecologia nos territórios, entre outros, receberam especial relevância.

Desta forma o Dossiê inclui oito artigos científicos que sistematizam diversas experiências dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) em territórios rurais.

O primeiro deles faz uma descrição dos NEDETs e como esta ação se estruturou ao interior do Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais que era liderada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário. Neste texto seus autores, Taciane Lais da Silva, José Antônio Kroeff Schmitz, Marcos Botton Piccin, estudam a atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Território Rural Vale do Rio Pardo (TR-VRP) e identificam os desafios enfrentados e perspectivas. Entre eles vale destacar o risco que implica a descontinuidade da política territorial e a fragilidade na composição do Colegiado Territorial pela baixa articulação com outras organizações e iniciativas no território que vajah além do segmento da agricultura familiar. De outro lado, os autores ressaltam que o trabalho feito para elaborar o plano territorial gerou fortalezas que apontam a possível continuidade de ações coletivas.

Depois deste primeiro artigo o Dossiê apresenta uma sequência de cinco trabalhos que abordam uma das principais dimensões das políticas com enfoque territorial, qual é a participação social. O primeiro deles, "Avaliação da participação social dos membros do Colegiado territorial das Águas Emendadas", da autoria de Alberto Abadia dos Santos Neto e Mário Lúcio de Ávila, parte da premissa que é necessário conhecer as dinâmicas particulares dos territórios rurais para avançar na caracterização de dimensões como a da participação social. Os autores reconhecem a experiência no território de Águas Emendadas como um espaço que permitiu a liberdade de expressão e posicionamento de um conjunto articulado de atores institucionais públicos e privados oferecendo a possibilidade de escolha de um conjunto de investimentos e de ações estratégicas para o conjunto de municípios que integram o território. Junto com isto, os autores identificam que a maneira como o território vem se constituindo, apresenta divergências de interesses não territorialmente pensados. As sinergias são limitadas e as identidades restringem-se às instituições dos estados (MG e GO) e o Distrito Federal.

De outro lado, as análises feitas no território Central de Rondônia pelos autores Tânia Olinda Lima, Clodoaldo Oliveira Freitas, Eliane Silva Leite, Bruna Érica Oliveira e Greice Leite Freitas, mostram que os Colegiados Territoriais fortalecem a expressão da territorialidade, enquanto sentido de pertença, ao considerar e envolver a



sociedade e seus meios de convivência no planejamento e gestão das políticas públicas. Em este segundo artigo, analisa-se a gestão social como o compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território entre população e Estado e, à luz dessa definição, identificam como segmentos do território, em particular os agricultores familiares, conseguiram articular parcerias para o desenvolvimento de projetos produtivos. Apesar destes avanços os autores chamam atenção sobre o risco que estas ações correm pela descontinuidade da política e pela falta de instrumentos que fortaleçam as capacidades locais.

A gestão social também é analisada pelos autores do artigo "Gestão participativa do colegiado territorial Sertão São Francisco -PE e sua contribuição no desenvolvimento territorial rural do semiárido pernambucano". Neste trabalho, Flavianna Maria Florêncio Monteiro Silva, Danielle Moraes Amorim, Francisco Assis Filho, Xenusa Pereira Nunes, Lígia Carvalho, Ruth Moraes N Amorim e Lúcia Marisy Souza Ribeiro Oliveira, entendem os colegiados territoriais como importantes espaços políticos para o desenvolvimento rural sustentável do Brasil, mas alertam sobre a baixa participação da sociedade civil organizada na estrutura do colegiado como a pouca participação do poder público nas plenárias para tomada de decisões e deliberações.

O quarto artigo que aborda a temática da participação social fala das Mulheres no Território de Identidade Rural Zona da Mata Rondoniense: Caminhos para uma participação efetiva e democrática. O autor deste trabalho, José das Dores de Sá Rocha, visa compreender a participação das mulheres nesse território a partir da percepção delas da própria política territorial, a perspectiva de gênero propiciada pela política e dos resultados do planejamento rural participativo, especificamente, no que diz respeito à vinculação das associações de mulheres na estratégia territorial. Um ponto favorável identificado pelo autor é a constituição de um comitê de mulheres como resultado de um longo trajeto de mobilização. Para Sá Rocha, falar da política territorial é falar de uma nova proposta de democracia, na qual as instituições aproximam-se dos sujeitos de maneira a buscar a melhor tomada de decisão.

Por fim, e fechando este bloco de artigos sobre a participação social nos territórios rurais, os autores Marcos Aurélio Santos da Silva, Neíza Cristina Santos Batista, Sonise dos Santos Medeiros e Deise Maria de Oliveira Galvão, estudam o empoderamento da sociedade civil no Território Rural Sul Sergipano por meio de uma análise estratégica constatando que houve alteração das principais relações de interdependência entre os atores sociais das respectivas representações que compõem a estrutura do colegiado, como também que houve baixa participação de outras categorias da população rural que não fazem parte desse colegiado.

Os dois últimos artigos deste dossiê abordam uma temática muito cara ao desenvolvimento rural, diretamente ligada com as ações com enfoque territorial e que abre a discussão para as chamadas políticas públicas de terceira geração para o desenvolvimento rural brasileiro. Trata-se da segurança alimentar analisada a partir da implementação de uma política pública como o Programa de Aquisição de



Alimentos (PAA) e, de outro lado, analisada desde a agroecologia e a agricultura familiar.

O artigo “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania do Baixo Tocantins (Pará)”, elaborado por Lúcia Daiane Copetti, Francinei Bentes Tavares e Miquéias Freitas Calvi, é um dos resultados de um projeto de maior abrangência que tem como objetivo ao monitoramento e avaliação de políticas públicas para gestão de territórios na Amazônia paraense. Para os autores, o PAA no território de Baixo Tocantins pode chegar a ser um instrumento com um papel estratégico no abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, na educação alimentar e promoção de hábitos alimentares saudáveis, na inclusão produtiva e na promoção da produção sustentável. Mas, para avançar neste sentido se faz necessário vencer desafios como são o desconhecimento do Programa, a falta de alinhamento entre as instituições governamentais, principalmente os municípios, e frágil organização dos agricultores familiares e da sua produção.

O oitavo artigo deste dossiê discute a contribuição das organizações sociais para a segurança alimentar e comercialização solidária com base em princípios agroecológicos no território de Baixo Tocantins -Pará. Os autores desta pesquisa, Elizeth Marques de Souza, Franquimar Marciel Souza, Francinei Bentes Tavares, Miquéias Freitas Calvi, constataram que as organizações pesquisadas podem ser vistas como exemplos de ações de transformação social, e que podem ser replicadas em outras associações, cooperativas e escolas, visando a melhoria dos hábitos alimentares e fazer uma contribuição ao debate em torno dos princípios agroecológicos que podem ser adotados localmente.

Finalmente, três renomados especialistas do campo do desenvolvimento territorial foram convidados para analisar os impactos das rupturas institucionais e políticas recentes no Brasil na trajetória das políticas públicas para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. Assim, participaram do rico Debate que fecha o presente número de ReGIS a Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, Catia Grisa, o Professor da Universidade Federal do ABC (Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território), Arilson Favareto, e o Professor da Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrônomos e de Montes da Universidade de Córdoba (Espanha) e coordenador do Programa Interuniversitário de Doutorado “Engenharia Agrícola, Alimentar, Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável”, José Emilio Guerrero Ginel.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Cordialmente,

Os Editores Convidados

